

PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº 48/2025

OBJETO: Altera a Lei Municipal nº 2.468/2025. Emenda Supressiva nº 01/2025 – Supressão do Art. 1º do Projeto de Lei nº 48/2025.

RELATOR (CLJR): Vereador Claudinei Vicente da Silveira

I – DO OBJETO

O Projeto de Lei nº 48/2025, de iniciativa do Vereador Presidente Fernando Luís Rabelo Lebron, visa alterar a Lei Municipal nº 2.468/2025, que dispõe sobre a celebração de convênios com instituições financeiras para concessão de empréstimos consignados e abertura de conta-salário aos servidores municipais.

Também tramita a Emenda Supressiva nº 01/2025, apresentada pelo Vereador Marcelo de Freitas dos Reis, cujo objetivo é suprimir integralmente o Art. 1º do Projeto de Lei nº 48/2025, procedendo-se à renumeração dos demais dispositivos.

II – DO OBJETIVO DO PROJETO E DA EMENDA

O Projeto de Lei nº 48/2025 apresenta dois propósitos:

1. Correção de vício de legalidade presente no Art. 1º da Lei nº 2.468/2025, para deixar claro que a autorização para celebrar convênios deve recair sobre o Município, enquanto pessoa jurídica de direito público, e não sobre os servidores individualmente. (Importante ressaltar que tal equívoco já foi corrigido no momento da sanção da Lei nº 2.468/2025, que passou a conter a redação adequada (“fica o Município autorizado...”). Assim, o objetivo de correção do Art. 1º já se encontra atendido.
2. Ampliação do rol de beneficiários, alterando o Art. 3º da Lei nº 2.468/2025, para incluir todos os servidores municipais (ativos, inativos, efetivos, temporários e comissionados) e, por interpretação sistêmica, também os agentes políticos remunerados por subsídio.

A Emenda Supressiva nº 01/2025 pretende retirar o Art. 1º do Projeto de Lei nº 48/2025, mantendo apenas a alteração relacionada à ampliação dos beneficiários, o que é coerente diante da já mencionada correção efetivada quando da sanção da Lei nº 2.468/2025.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO

A matéria trata da consignação em folha de pagamento, tema ligado ao regime jurídico dos servidores municipais, configurando assunto de interesse local, o que atrai a competência legislativa municipal, nos termos dos arts. 30, I e II, e 39, caput, da Constituição Federal.

Dessa forma, tanto o Projeto de Lei quanto a Emenda Supressiva mostram-se constitucionais e legais quanto ao aspecto formal da competência.

O Art. 1º do Projeto de Lei nº 48/2025 visava corrigir vício de técnica legislativa da Lei nº 2.468/2025. Entretanto, como a redação correta já foi incorporada no texto final

sancionado, o dispositivo tornou-se desnecessário, razão pela qual a Emenda Supressiva nº 01/2025 encontra respaldo técnico e jurídico, já que elimina dispositivo cujo objetivo já foi alcançado.

Quanto à ampliação dos beneficiários, trata-se de medida de gestão administrativa que não afronta qualquer norma constitucional ou legal, tampouco viola o princípio da irredutibilidade dos vencimentos ou subsídios, desde que haja autorização expressa do servidor ou agente político para o desconto.

Assim, tanto o Projeto quanto a Emenda se mostram juridicamente adequados, não havendo impedimentos de ordem constitucional ou legal.

IV – DA TRAMITAÇÃO E VOTAÇÃO

A tramitação deve seguir o rito ordinário previsto no Regimento Interno.

a) **Quórum:** maioria simples.

b) **Comissão competente:** Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

V – DO MÉRITO

O mérito da proposição cabe ao Plenário, não havendo impedimento jurídico, que impeçam a tramitação do Projeto de Lei nº 48/2025, seja em sua forma original, seja com a Emenda Supressiva nº 01/2025.

VI – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão **OPINA** pela constitucionalidade, legalidade e regular tramitação do Projeto de Lei nº 48/2025, tanto em seu formato original quanto com a Emenda Supressiva nº 01/2025, ficando a análise do mérito a cargo dos nobres vereadores.

Carmópolis de Minas, 14 de novembro de 2025.

Ver. Marcelo de Freitas dos Reis

Presidente

Ver. Claudinei Vicente da Silveira

Relator

Ver. Gilberto Arnaldo de Freitas

Secretário

ATA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 16 horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, reuniu-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, sob a presidência do Vereador Marcelo de Freitas dos Reis. O Presidente designou o Vereador Claudinei Vicente da Silveira como Relator e o Vereador Gilberto Arnaldo de Freitas como Secretário, para apreciação do Projeto de Lei nº 48/2025, que “altera a Lei Municipal nº 2.468/2025”, bem como da Emenda Supressiva nº 01/2025, que propõe a supressão integral do Art. 1º do referido Projeto.

Procedeu-se à leitura do parecer do Relator, o qual destacou: - Que o Projeto de Lei nº 48/2025 possui dois objetivos: (i) a correção de vício de legalidade identificado no Art. 1º da Lei nº 2.468/2025, e (ii) a ampliação do rol de beneficiários aptos a realizar empréstimos consignados; - Que a correção relativa ao Art. 1º da Lei nº 2.468/2025 já foi devidamente regularizada quando da sanção da norma, razão pela qual a Emenda Supressiva nº 01/2025 mostra-se adequada e pertinente;- Que tanto o Projeto quanto a Emenda apresentam constitucionalidade e legalidade, estando aptos à regular tramitação.

Após a leitura e discussão, o Projeto de Lei nº 48/2025 e a Emenda Supressiva nº 01/2025 receberam parecer favorável por unanimidade dos membros da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão.

Carmópolis de Minas, 17 de novembro de 2025.

Ver. Marcelo de Freitas dos Reis
Presidente

Ver. Claudinei Vicente da Silveira
Relator

Ver. Gilberto Arnaldo de Freitas
Secretário